

Programa 2.2

Alfabetização e vida

Maria Alexandra Militão Rodrigues¹

A constituição do leitor-escritor nos cenários histórico-culturais

Vivemos em uma sociedade na qual transitamos incessantemente entre o mundo e o papel ou a tela de um computador, por meio da imagem e da escrita, num vaivém entre a realidade e a sua representação (Olson, 1997). Curiosamente, a simbolização do real torna-se por vezes mais importante que o próprio real, como na situação de participação em um concurso público, na qual a nossa carteira de identidade vale mais do que a nossa palavra ou a nossa pessoa, como forma de comprovação de quem somos; nessas situações, a representação da nossa própria identidade - algo fora de nós - assume um valor legal superior à nossa realidade física.

Mas nem sempre foi assim. A necessidade de registro em um suporte fora do cérebro surgiu na Pré-história e materializou-se nas pinturas rupestres. À medida que as sociedades humanas se tornaram mais sofisticadas foram gerando sistemas de representação cada vez mais complexos para registrar atividades comerciais, produções literárias, leis e códigos de conduta, conhecimentos de farmacologia e astronomia, etc. A escrita com a qual convivemos no cotidiano, nas sociedades letradas, para nos expressarmos e comunicarmos, foi inventada e aperfeiçoada ao longo dos séculos em diferentes cenários culturais (Egito, Suméria, China) utilizando diversos suportes materiais (argila, papiro, cerâmica, etc.) com inúmeros usos, funções e sentidos (Jean, 2002).

Utilizada inicialmente para representar seres, objetos e ações por meio de sinais que se pareciam com a realidade representada, como os pictogramas ou os ideogramas, ela tornou-se progressivamente mais sofisticada quando passou a representar também idéias mais complexas e abstratas. Os fenícios aperfeiçoaram o sistema de representação criando símbolos (letras) que representavam sons, que por sua vez representavam a realidade, deixando de ter qualquer analogia com os objetos representados. Assim, na escrita fonética passaram a ser usados significantes (símbolos com valor sonoro) sem qualquer semelhança com os significados que representam. De acordo com David Olson, a escrita alfabética passa não apenas a representar a realidade, mas também a possibilitar uma outra maneira de pensá-la.

Portanto, quando chegamos a um mundo que carregava já o gesto de escrever, aprendemos a inserir-nos nesse gesto a partir do seu modo de existência na nossa cultura, ao mesmo tempo que o reinventamos com base nas nossas experiências singulares. Podemos assim pensar na escrita como uma importante "herança cultural" que nos constitui e que ao mesmo tempo criamos e recriamos como recurso de expressão e construção do pensamento e dos afetos, como meio de construção e transformação da cultura e da realidade social (Rodrigues, 2003).

É no contexto desse movimento histórico que precisamos compreender a introdução da escrita no Brasil, onde ela representa uma herança do colonialismo, uma aliada dos poderes estabelecidos – político e religioso – no sentido

da dominação e da exclusão das culturas indígena e africana (Nunes, 1994). A imposição de uma língua cuja versão escrita representava o conhecimento legítimo – das Escrituras, das Ciências – sacralizou a escrita e excluiu outras formas de conhecimento veiculadas oralmente, tornando-se um dos fatores responsáveis pelo que Boaventura dos Santos denomina de "Sociologia das Ausências": outros saberes e outras lógicas que foram eliminados ou ignorados em nome de um saber, de uma lógica supostamente universal e desejável para todos. No século XX assistimos a um movimento de democratização da escrita, com a suposta intenção de torná-la acessível a todos: crianças, jovens e adultos. Entretanto, o século XXI apresenta a escrita como instrumento de um processo paradoxal que, se por um lado possibilita a criação e o desenvolvimento de redes de informação e a inclusão de populações no mundo do conhecimento, por outro estimula seus usuários a participarem de jogos devoradores de informação sem o necessário adentramento e a imprescindível análise crítica. Assim, a democratização da escrita, meio de diálogo, denúncia e libertação, corre o risco de tornar-se também um novo instrumento de dominação e opressão social e individual (Rodrigues, 2003).

A escrita como movimento de expressão e comunicação que flui da palavramundo – esse movimento dinâmico do mundo para a palavra e desta em direção ao mundo, segundo Paulo Freire (1982) – precisa estar ao serviço da Vida, na sua dimensão coletiva e singular. Mas o que as palavras, grávidas de mundo no dizer de Freire, representam para as pessoas de cada contexto sociocultural? E como são utilizadas para mediar as relações de crianças, jovens e adultos com o outro no seu universo pessoal e social? Esses e outros aspectos precisam ser levados em conta nos processos de alfabetização de jovens e adultos, para que a alfabetização não represente a aquisição de um mero instrumento que favoreça a passividade, sem deixar espaço para a verdadeira expressão do ser em construção que precisa aprender a ler e escrever a Vida e nela inscrever suas marcas.

Bibliografia

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982.

JEAN, Georges. *A escrita, memória dos homens*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NUNES, José Horta. *Formação do Leitor Brasileiro Imaginário da Leitura do Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

OLSON, David R. *O mundo no papel - as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. Tradução Sérgio Bath. Revisão Técnica Rodolfo Ilari. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

1 Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

